

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE APERIBÉ/RJ: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS*

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF APERIBÉ/RJ: STORIES AND MEMORIES

Roberio Peres^A

 <https://orcid.org/0009-0003-2469-4094>

Correspondência: roberio.peres@gmail.com

Jacqueline de Souza Gomes^B

 <https://orcid.org/0000-0002-8609-5893>

Correspondência: observatoriouff@gmail.com

^A Pedagogo, formado no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior e Universidade Federal Fluminense. E-mail: roberio.peres@gmail.com.

^B Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense, campus do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior. E-mail: observatoriouff@gmail.com.

DOI: 10.12957/cdf.2023.72869

Recebido em: 01 dez. 2023. | **Aceito em:** 06 dez. 2023.

RESUMO

Este trabalho traz reflexões sobre a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolvida no município de Aperibé/RJ. Metodologicamente, utilizamos a pesquisa narrativa e a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, realizadas entre 2020 e 2021. Com o avançar da investigação, concluímos que, até então, não havia sido realizado nenhum trabalho anterior a este respeito sobre o município de Aperibé/RJ. Assim, toda esta investigação busca trazer referenciais iniciais e questões que possam ecoar aos projetos de EJA desenvolvidos em diferentes instituições de ensino do município, quer na rede municipal, quer na rede estadual. Como fontes, utilizamos dados do acervo da Casa de Cultura de Aperibé e narrativas orais (fruto de conversas informais com docentes da EJA) para resgatarmos as memórias da fundação e história da cidade. Trazemos reflexões sobre a EJA que se desdobram destas memórias e nos revelam desafios diários pulsantes na história do município. Buscamos, portanto, pensar o ser humano a partir da educação, pensar a educação a partir da EJA e pensar a EJA como reflexo das estruturas sociais, como uma modalidade que pode se configurar em uma rede de relações cooperativas entre indivíduos a fim de mudar o funcionamento da

* Trata-se de artigo que é um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2022 pelo discente Roberio Peres, sob orientação da docente Jacqueline de Souza Gomes, como um dos requisitos para integralização do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense.

 Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

sociedade em que vivem. Pessoas que, para isto, buscam ampliar os próprios conhecimentos, o que apenas será possível se respeitarmos o sujeito como protagonista nesta ação, como nos ensinou Paulo Freire.

Palavras-chave: educação; educação de jovens e adultos - EJA; Aperibé/RJ.

ABSTRACT

This work brings reflections on the Youth and Adult Education (EJA) modality developed in the municipality of Aperibé/RJ. Methodologically, we used narrative research and bibliographical research of an exploratory nature, carried out between 2020 and 2021. As the investigation progressed, we concluded that, until then, no previous work had been carried out in this regard on the municipality of Aperibé/RJ. Thus, this entire investigation seeks to bring initial references and questions that may resonate with EJA projects developed in different educational institutions in the municipality, whether in the municipal network or in the state network. As sources, we used data from the collection of the Casa de Cultura de Aperibé and oral narratives (the result of informal conversations with EJA teachers) to recover memories of the city's founding and history. We bring reflections on EJA that unfold from these memories and reveal pulsating daily challenges in the history of the municipality. We seek, therefore, to think about the human being from the perspective of education, to think about education from the perspective of EJA and to think of EJA as a reflection of social structures, as a modality that can be configured in a network of cooperative relationships between individuals in order to change the functioning of the society in which they live. People who, for this purpose, seek to expand their own knowledge, which will only be possible if we respect the subject as the protagonist in this action, as Paulo Freire taught us.

Keywords: education; youth and adult education – EJA; Aperibé/RJ.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a Educação de Jovens e Adultos - EJA no município de Aperibé, sito no interior do estado do Rio de Janeiro. Entendemos que a Educação de Jovens e Adultos é uma ferramenta de inclusão em educação para que todo e qualquer indivíduo não apenas adquira conhecimentos, da alfabetização escolar à Educação Básica, mas também para que este possa resgatar sua autonomia como cidadão/cidadã. Como objetivo geral, este texto busca apresentar a EJA no município de Aperibé em conexão com a organização que é encontrada no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Segundo Ramos e Stella (2016), houve um grande aumento de procura de jovens e adultos para conseguirem se profissionalizar na década de 2000. Dentre os motivos identificados está a falta de qualificação pessoal. Há muitos/as estudantes que abandonam a escola por influência familiar, frágil relação professor-aluno, dificuldades financeiras, dentre outros. Na EJA, jovens e adultos retornam à escola por “sede de aprender”, “buscar uma vida melhor” e “serem reconhecidos socialmente”. Educação é

direito, não favor. Assim, a aquisição da formação escolar os reintegra à cidadania, estimulando-os a se sentirem mais confiantes na busca da qualificação para o trabalho.

Potencialmente, a EJA tem por finalidade corrigir injustiças sociais, oferecer uma educação de qualidade e garantir a qualificação formal de jovens e adultos. Trata-se de uma modalidade fundamental para a classe trabalhadora, garantindo a inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho e no sistema educacional. É dever do Estado e direito das pessoas à educação, da Educação Infantil ao Ensino Médio, independentemente de idade, raça, cor e religião, consoante determina o Relatório da Câmara de Educação Básica, pelos Pareceres CNE/CEB nº 23/2008 e CNE/CEB nº 1/2000, que trazem as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos e as Diretrizes Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, no âmbito das Diretrizes Nacionais de Educação Básica¹ de 2013.

Não podemos falar da EJA em Aperibé sem buscarmos compreender a construção da EJA no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, pois, em todos os municípios, a EJA vem se desenvolvendo e se transformando pelo seu propósito de garantir uma sociedade mais inclusiva, capaz de preservar a história e a cultura de uma comunidade. Neste sentido, este artigo traz uma contribuição para refletirmos sobre a EJA no Noroeste Fluminense a partir do enfoque em Aperibé, podendo futuramente servir de ferramenta para outras pesquisas que se debrucem sobre a construção de uma educação pública e de qualidade na região. Só por meio de um olhar crítico sobre o nosso próprio contexto poderemos criar mecanismos que mudarão a realidade como um todo.

Metodologicamente, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica e narrativa para compormos este texto. Partimos de pesquisa bibliográfica através de consulta ao site *Scielo* e *Google Acadêmico*, com o uso das seguintes palavras-chave: *estratégias pedagógicas & Educação de Jovens e Adultos*. A partir daí, trouxemos, ainda, reflexões a partir de autores/as, como: Saviani, Freire, Machado, Mendes, Ladeira e outros/as. Consultamos também as fontes disponíveis na Casa de Cultura de Aperibé que contavam a história do município. Foi na Casa de Cultura da cidade que obtivemos todas as informações sobre a história da educação no município, tudo sobre como

¹Ver: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192

começou a educação na cidade (primeiros grupos escolares, os primeiros professores etc.) e como era a educação quando a cidade era apenas uma vila.

Esta investigação, a partir das narrativas orais de docentes do município, captadas em conversas informais com o autor, entre 2020 e 2021, trouxe a dimensão do quanto é valioso e grandioso o trabalho da EJA em Aperibé, na medida em que este significou um avanço de oportunidades para quem não teve garantido o direito à educação na idade escolar. Percebeu-se que, para muitas pessoas, finalizar a escola foi uma conquista para suas vidas e, com elas, pudemos pensar o quanto mudamos após os estudos, resgatando nosso autovalor e o valor imensurável de um(a) professor(a) para uma pessoa que é alfabetizada e escolarizada, renovando-lhe as chaves para a abertura de portas antes fechadas no decorrer de suas vidas.

Estruturamos esta argumentação em três eixos de análise: a) breve incursão histórica sobre a EJA no Brasil; b) reflexão sobre alguns dos desafios da implementação da EJA no Estado do Rio de Janeiro; c) apresentação da EJA no município de Aperibé/RJ a partir de memórias mapeadas em documentos da Casa de Cultura Municipal e em narrativas de docentes que atuam/atuaram no município.

2 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA EJA NO BRASIL

Com a colonização do Brasil, missionários jesuítas e leigos trabalhadores da esquadra desembarcaram num lugar que deram nome de Porto Seguro e começaram a desenvolver seus trabalhos de colonização a partir da escolarização. Segundo Saviani (2013), os padres jesuítas ficaram com a incumbência de catequizar os índios que já viviam aqui e os leigos trabalhadores começaram as construções de moradias. Após um período de colonização e trabalhos missionários, tiveram a importante tarefa de começar a criar grupos para iniciar uma educação voltada para indígenas e para membros da burguesia portuguesa, assim fundaram as missões volantes com a função de ensinar os gentios. É neste contexto que surgem as primeiras organizações de ensino, a primeira comandada por Manoel de Nóbrega, trazendo ideias educacionais tradicionais (eurocentradas), que tinham como meta disciplinar indígenas através da moral católica (Oliveira, 2004).

Oliveira (2004) explica que, após a saída dos jesuítas do Brasil, passou-se 13 anos até que o Estado assumisse a responsabilidade desta educação colocando-a ao

encargo dos mestres leigos que não conseguiam assimilar e nem administrar o método do pombalismo (“Era de Marquês de Pombal” que trazia ideias iluministas para o Brasil). Então, com a chegada da Família Real em 1808, tudo começou a mudar e a educação ficou ao encargo das províncias, passando à Corte a responsabilidade de regulamentar a educação pública e a educação superior. Após o fim do Império, poucas escolas primárias persistiram e o analfabetismo passou a ser um problema sério já que a educação era exclusiva das elites, criando-se um abismo entre a elite e as demais parcelas da população.

Em 1891 foi homologada no Brasil a primeira Constituição da República², criando-se o sistema federativo de governo e a descentralização do ensino e, a partir daí, foram criadas as instituições escolares com um *modelo dualista* (princípios filosóficos de realidades opostas), com políticas públicas voltadas para as camadas populares, ainda que o avanço só tenha vindo mesmo a partir de 1911, com a implantação da Lei Orgânica Rivadávia Corrêa. Em 1925, no Governo de Arthur Bernardes, foi criada a Reforma Rocha Vaz, trazendo normas regulamentares para o ensino. Em 1932 advém o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, levantando a bandeira de uma educação baseada no direito individual à educação, um ano antes foi incorporado o movimento de introdução do ensino religioso nas escolas através de uma carta criada pelo então ministro Francisco Campos no governo de Getúlio Vargas. (Oliveira, 2004)

Com o início da década de 40, segundo o pesquisador Ribeiro (1993), durante o Estado Novo, ficaram destinadas verbas à educação, culminando em políticas educacionais de âmbito nacional e na criação de órgãos voltados para serviços à educação como: a) Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Cinema Educativo, em 1937; b) Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em 1938; e, c) Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa. Em 1942, com o Decreto-Lei nº 4048³, ficou criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com ensino voltado para a formação ao mercado de trabalho. Neste mesmo ano, há a Reforma Capanema, cujo objetivo era trazer as disciplinas de Moral e Cívica para difundir o patriotismo e o nacionalismo nas escolas públicas. Além desta lei, outras leis e decretos-leis foram implantados, como se segue:

²Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

³Decreto-Lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, composto por 11 artigos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4048.htm.

Decreto-lei nº 8622 de 1946 cria o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;

Nº. 4024 de 1961 aprovam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Decreto-lei nº 477 de 1969, proíbe manifestações políticas de corpo docentes e discentes;

Decreto-lei nº 574 de 1969, proíbe as instituições superiores de reduzir vagas;

Lei nº 5741 de 1969, estabelece vagas limitadas no nível superior;

Lei nº 5540 de 1968, cria a Reforma Universitária;

Lei nº 5692 de 1971, destina-se ao 1º grau e 2º graus.

Segundo Pierro, “a educação no Brasil desde a década de 40, visava grandes iniciativas de uma educação popular para oferecer benefícios de escolarização a amplas camadas da população” (Pierro *et al.*, 2011, p. 58-77). Várias campanhas surgiram com o objetivo de proporcionar uma reflexão pedagógica voltada para a alfabetização de adultos. Foram desenvolvidas ações voltadas para a educação popular com foco em mecanismos que pudessem favorecer uma alfabetização para o público adulto e que atendesse às classes mais pobres da sociedade. Com isto, surgiram os supletivos, os centros de estudos e o ensino à distância. Todas estas iniciativas visavam possibilitar o que se passou a definir como “aprendizado ao longo da vida”.

Paulo Freire (1989), ao falar em educação popular, apresenta uma visão crítica sobre a alfabetização de adultos, reconhecendo que o que se praticava até então eram ações “ingênuas”. Educação, segundo o pensamento freireano, é um ato político, ou seja, não pode ser neutra. Educação não se pode separar da política, o que também a coloca ínsita nas discussões sobre autoridade e poder. Nas relações estabelecidas na sala de aula tradicional, pautada na educação bancária, a autoridade epistêmica centraliza-se na figura dos docentes. Educar para além dessa educação autoritária é assumir uma postura de criticidade inclusive em relação a nós mesmos/as, superando a ingenuidade narcísica de nossa autoridade inquestionável e abrindo espaço para uma educação que possa ser emancipatória, formativa de cidadãos e cidadãs.

A história do Brasil é repleta de tensionamentos entre o que estamos, com base no pensamento freireano, tomando por educação bancária e educação emancipatória. Com o início da Nova República (1985), por exemplo, o Brasil não consolidou muitas revoluções na área da educação, todos os discursos da época vinham com uma

manifestação de “Brasil - potência”, trazida de uma ideologia dos moldes da ditadura, sendo determinados os princípios da “Teoria do Capital humano”, incorporando um ensino profissionalizante. De acordo com o historiador Zotti (2002), os princípios políticos deste novo sistema de governo basearam-se em três ideias centrais: clientelismo, tutela e assistencialismo, sendo uma resposta dos ideais de transição de governo, então não garantindo nenhum interesse para a classe trabalhadora, somente para a classe dominante, visto atender ao desenvolvimento econômico e político e não aos interesses da maioria da sociedade.

Nesta mesma época, segundo Jacomeli (2011), o Brasil passou a consolidar uma nova perspectiva política, com as eleições diretas para presidente, entrando na disputa vários candidatos disputando o primeiro e segundo turno das eleições. A vitória foi do candidato Fernando Collor de Melo em 1990. Após sua posse foram criadas muitas medidas que passaram a ser assumidas no seu governo como: acabar com a inflação, confisco de poupanças e a adoção de políticas neoliberais, no campo da educação, também criou projeto que era conhecido como o Plano Decenal de Educação para Todas traziam como proposta acabar com o analfabetismo. Entretanto, a teoria e a prática não se fizeram tão parceiras. Collor não demorou muito no governo e acabou sendo destituído do poder, assumindo seu vice Itamar Franco, que não provocou muitas mudanças no cenário da educação. Após a saída de Itamar Franco, adveio o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e a educação tomou novos rumos ainda mais neoliberais, com a implantação de medidas educacionais, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF); Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) e o Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO).

Segundo Espínola e Cavalcante (2014), é com a vitória nas eleições do candidato Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos trabalhadores (PT) (2003-2009), que surgem novas medidas para a educação no Brasil. Dentre as reformas, passam a valer as ideias de fortalecer a educação, suprir o mercado de trabalho e favorecer o crescimento da produtividade. Na Educação Básica se destaca o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), que se tornou o programa de maior financiamento da educação básica pública, universalizando atendimentos e estimulando a valorização do magistério. Na

Educação Superior e Técnica, observa-se a democratização e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior, criando reformas que abrangem o aumento das cargas didáticas dos docentes, o aumento do número de alunos nas turmas por classe e a criação da Educação a Distância - EAD. Dentre as principais propostas para aumentar as vagas no Ensino Superior, foi criado o SISU (Sistema de Seleção Unificada) que garantiria mais aberturas de matrículas nas Redes Federais de Ensino. Em 2011 entra em vigor a Lei nº 12.513 que passa a criar o maior programa acesso ao Ensino Técnico e de Emprego o PRONATEC. Com o fim do governo Lula, há a vitória da primeira mulher candidata Dilma Rousseff (2011-2016) cujo governo foi de continuidade aos programas implementados pelo seu antecessor. Os governos petistas buscaram consolidar a função social das políticas educacionais.

No entanto, segundo Ladeira e Mendes (2020), em 2016 instaura-se uma crise no país, que leva ao “*impeachment*” (também entendido como “*golpe*” por parte da sociedade brasileira) da presidenta Dilma, assumindo seu vice Michel Temer. O governo Temer implanta uma tendência ideológica pautada na concepção da Educação Integral, trazendo profundas mudanças no sistema educacional brasileiro, como a Reforma do Ensino Médio e o projeto “Escola sem Partido”. Neste período entra em vigor o chamado “Mais Educação” com foco em duas disciplinas: Matemática e Língua Portuguesa. Em 2017 entra em vigor a Lei nº 13.415, versando sobre o Novo Ensino Médio Integrado, com os mesmos princípios da Pedagogia Tecnicista.

Em 2018, com o governo Bolsonaro, a educação é abalroada por uma ideologia ultraneoliberal, entrando em vigor uma Emenda Constitucional - EC que visava reduzir tetos de gastos primários (redução de gastos nas políticas sociais, garantindo transferências do fundo público para os juros e amortização da dívida pública). Segundo Cislugh *et al.* (2019), dentre muitas medidas de políticas educacionais que buscavam centralizar esforços colocando em pauta o projeto idealizado pelo seu antecessor, alinhado à ideologia “Escola sem Partido”, o governo Bolsonaro buscou implementar metas na área educacional como o Alfabetização Acima de Tudo, o Programa Ciência na Escola, a Educação Domiciliar e o Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania. Além destes, seguem Cislugh *et al.* (2019), foram adotadas medidas como: a) cortes no ensino superior em torno de 70% em novas bolsas de pós-graduação; b) no ensino médio, a flexibilização dos currículos e c) aumento de recursos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Em 2021 entrou em vigor uma nova Resolução

para a Educação de Jovens e Adultos, que estabeleceu novas Diretrizes Operacionais para o Ensino de EJA, alinhada aos aspectos políticos da PNA e da BNCC. Com a Resolução n. 1/2021⁴ ficou estabelecido:

“Art. 1º Esta Resolução institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos:

I. ao seu alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

II. à Política Nacional de Alfabetização (PNA);

III. à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso;

IV. à forma de registro de frequência dos cursos, à idade mínima e à certificação para os exames de EJA;

V. à Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos por meio da Educação a Distância (EaD);

VI. à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida; e

VII. à flexibilização de oferta, de forma que se compatibilize com a realidade dos estudantes, e o alinhamento da elevação de escolaridade com a qualificação profissional, a serem obrigatoriamente observadas pelos sistemas de ensino, na oferta e na estrutura dos cursos e exames de Ensino Fundamental e Ensino Médio, que se desenvolvem em instituições próprias, integrantes dos Sistemas Públicos de Ensino Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, como também do Sistema Privado”.

No ano de 2021, ainda, entraram em vigor outras resoluções no qual ficam estabelecendo orientações e diretrizes para a EJA. Foram criadas a Resolução nº 01, 20 abril de 2021 (mencionada acima) e a Resolução nº 15⁵, de 16 setembro de 2021, que estabeleceram o envio de recursos direto para as escolas, com orientações e com a fiscalização e monitoramento para a sua execução. Com a retomada do governo Lula em 2023, estamos reacendendo esperanças para que as políticas educacionais direcionadas a EJA se reconectem à sua inafastável função social.

⁴ **Resolução** N. 1/2021 de 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-28-de-maio-de-2021-323283442>.

⁵ **Resolução de 2021**. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/itemlist/category/82-resolucoes>.

3 REFLEXÕES SOBRE A EJA NO BRASIL E DESAFIOS NO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO

Vale reforçar que a construção da EJA é resultado de muitas lutas dos movimentos sociais e varia, no tempo e no espaço, de entradas nas normas e políticas públicas às práticas da educação popular. Para Santiago (2018), há duas fases historicamente constituídas destas lutas. A primeira fase materializa um período de debates sobre a democratização da educação através das lutas políticas e da participação popular. A segunda fase se apresenta com as lutas pela implantação da democracia no sistema educacional no país, buscando que a educação de jovens e adultos tivesse um tratamento específico e diferenciado.

Pensar na EJA no Brasil é pensar em contextos de lutas muito diversificados. No Brasil colônia, por exemplo, os filhos dos senhores feudais precisavam ser alfabetizados e a formação educacional se restringia à sociedade burguesa da época. Para Porcaro (2012), só em meados de 1800 é que começaram a acontecer no Brasil reformas educacionais voltadas para o ensino noturno para adultos analfabetos. Em 1876 é apresentado um relatório pelo então ministro José Bento da Cunha Figueiredo descrevendo a existência de 200 mil alunos frequentavam as aulas noturnas. (Porcaro, 2012)

No início do século XX, com o crescimento e o desenvolvimento industrial, inicia-se lentamente a valorização da educação de adultos, com preocupações diferentes em relação à educação de adultos, tudo levando em conta o domínio da língua e escrita que poderiam garantir a ascensão social, a alfabetização adulta e o progresso do país (Porcaro, 2012). Em 1995, inicia-se uma grande mobilização social que tinha como objetivo extinguir o analfabetismo no Brasil, com a “Liga Brasileira contra o Analfabetismo”. Nesta época existia no Brasil 72% de analfabetos identificados até 1920. Em 1934 tinha sido criado o “Plano Nacional de Educação”, que previa um ensino público obrigatório e gratuito, estendido também às pessoas adultas analfabetas. (Porcaro, 2012)

Segundo Strelhow (2010), em 1942 houve a criação do “Fundo Nacional do Ensino Primário” com objetivo de realizar programas que incorporassem o Ensino Supletivo para os adolescentes e adultos. Em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que buscava atender os analfabetos da zona rural. Com o *II Congresso Nacional de Educação de Adultos*, que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de

1958, a EJA obteve um novo avanço nas políticas educacionais e os educadores passaram a ver a necessidade de romper com os preconceitos sociais que envolviam as pessoas adultas. A partir de então, presencia-se um momento histórico na política nacional, com o golpe militar que traz uma transformação na educação no Brasil, surgindo novos programas educacionais. O MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização em 1967, tem o objetivo de promover uma alfabetização continuada, programa com a estratégia de transformar o indivíduo em *sujeito controlável*, sem produzir sua cultura, considerando-o um ser vazio sem *conhecimento e sem socialização*. (Strelhow, 2010)

Ainda segundo Strelhow (2010), com o fim do MOBREAL em 1985 e com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, a educação brasileira começa a ter novas políticas sociais, sendo elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no ano de 1996, determinando o direito à educação a todos jovens e adultos. Foram, ainda, estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino criado através da Resolução nº CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. No início do século XXI, identificamos um novo marco em relação à Educação dos Jovens e Adultos.

Segundo os autores Runmert e Ventura (2007), no período entre 2003 e 2006, durante o governo Lula há o início de mudanças na área da educação, com a valorização das políticas sociais da EJA, iniciando novos programas de acesso de jovens e adultos a educação básica, superior e de formação profissional. Dentre estes programas destacamos o PROJÓVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens ao mercado de trabalho e o PROEJA – Programa de Integração da educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos. Neste mesmo período são implantado o programa *Brasil Alfabetizado* e o *Programa Fazendo Escola*, ambos para garantir o acesso de jovens e adultos aos cursos profissionalizantes. Na verdade, todas estas propostas vinham com a seguinte lógica (Runmert; Ventura, 2007): 1º) exercer funções de controle social, erradicação da pobreza e proporcionar meras soluções de ordem capitalistas; 2º) ser um fator de valores competitivos, empregabilidades e empreendedorismo; 3º) qualificar mão de obra simples.

Mesmo com todos os projetos e programas implantados em todos os governos, primeiramente deveria se atentar para a figura do/a educador/a e, assim, precisaríamos destacar sua valorização profissional e investir na sua formação de qualidade. O/a educador/a crítico/a é uma base importante para que todos os programas na área

educacional tenham êxito. Pelas lentes de Paulo Freire, a EJA precisa cumprir uma função social, ser instrumento de cidadania e de formação da identidade do ser humano, ou seja, todo processo de alfabetização e letramento que acontece na EJA deve partir da interpretação da vida concreta para modificar a sociedade, deve estimular o “ler o mundo” antes do “ler a palavra”, a compreensão da condição de ser social dentro de uma classe opressora (Silva; Nunes, 2016).

Freire (*apud* Silva; Nunes, 2016) trata o problema da opressão como uma violência que gera a desumanização dos indivíduos, transformando-os em meros sujeitos sem valor, retirando-os de suas vidas a liberdade e alimentando uma falsa “caridade”, colocando-os no lugar de “condenados da terra”. Todo o processo social construído vem historicamente de disputas nas relações sociais, indicando a questão da qualidade da educação vinculada aos interesses de lutas de classe. Frigotto esclarece que “a dominação essencial de determinada classe na sociedade mantém-se não somente, ainda que certamente (se necessário), pelo poder, e não apenas (ainda que sempre) pela propriedade...” (Frigotto, 2013, p. 12).

Reforçamos, como Ventura (2016), a importância e a necessidade de respeito à multiplicidade da experiência do ser humano e das lutas sociais pelo sistema educacional. Neste sentido, diante do momento atual que a EJA está, existem ainda muitas lacunas para serem reparadas e medidas para serem adotadas. Seguimos com a necessidade de criarmos caminhos e adotarmos o compromisso de valorizar a EJA, favorecendo propostas pedagógicas que possam desenvolver nas pessoas interesses, valores e que as impulsionem a lutarem por direitos, o que também deve implicar em investimentos salariais e qualificação continuada de profissionais que atuam na EJA.

4 A EJA NA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A educação no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro vem sendo implantada na mesma época, devido ao Rio de Janeiro ser capital do país no período colonial. Durante todo processo de escolarização administrados pelos jesuítas no Rio de Janeiro, foram inauguradas as primeiras casas-escolas construídas na época. Isso porque o Rio era considerado o maior porto de navios da colônia portuguesa, garantindo o seu valor e importância (Machado, 2016).

Segundo Machado (2016), após muitos anos de trabalhos dos jesuítas, eis que em 1759 acontece a expulsão dos membros da Companhia de Jesus. No início do século XIX ganhou importância a educação das crianças e a primeira Constituição de 1824 difundiu o ensino primário e as escolas normais de formação de professores. Com o advento da República, os estados ganharam autonomia e conquistaram o direito de terem suas próprias políticas educacionais devido à nova organização político-administrativa delegando à municipalidade a tarefa de se encarregar do ensino primário (1º grau: crianças de 7 - 12 anos e 2º grau: crianças de 13 – 15 anos). Em 1931, Anísio Teixeira assume a Diretoria de Instrução Pública do Distrito federal e dá continuidade à reforma educacional iniciada por Carneiro Leão e Fernando de Azevedo, movimento calcado na política pedagógica chamada de *Escola Nova*⁶. Entre o governo dos presidentes Lula e Dilma e no governo estadual dos governadores Rosinha, Garotinho, Sérgio Cabral Filho e Luiz Fernando Pezão, foram ofertados na rede estadual de ensino as principais categorias de ensino EJA: 1-Ensino Fundamental Regular; 2-Ensino Médio Regular; 3-Ensino Médio Integral; 4-Ensino Técnico; 5-Curso Normal; 6-EJA Ensino Fundamental; 7-EJA Ensino Médio; 8-Programa Autonomia e 9-NEJA. Para melhorar a qualidade, foram adotadas medidas estratégicas de planejamento e gestão escolar, de acordo com Ventura (2016) foi elaborado em 2010 os programas Gestão Integrada na Escola - GIDE e o Programa de Bonificação por Resultados (PBR) ambos tinham como metas transformar o estado em uma referência nacional da qualidade e eficiência na educação pública. Todo Ensino Médio foi reorganizado com a justificativa de melhorar e valorizar o desempenho do ensino diante do quadro da baixa qualidade da educação, reestruturando a EJA Ensino Médio sob a nova matriz Curricular Modular instituído pela Resolução nº4. 951 SEEDUC (art.31). Mesmo com tantas políticas educacionais ainda persiste o analfabetismo e a não procura significativa dos jovens e adultos aos programas e matrículas, por isso cabe aos órgãos públicos uma melhor atuação para poder mudar este cenário.

Para garantirem melhores resultados na educação e qualidade na modalidade EJA no Estado do Rio de Janeiro, segundo Hottz *et al.* (2018), a SEEDUC engajou mais esforços e deliberou um monitoramento e acompanhamento de desempenho de seus

⁶Um grande movimento criado pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no ano de 1932, que trazia um método de renovação do ensino no país, ampliando um pensamento liberal. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm>.

alunos, incorporando o **Saerjinho**⁷ implementado em 2013. Esta foi uma proposta curricular de avaliação bimestral, com o objetivo de apurar o desempenho dos primeiros concluintes da modalidade EJA. Este sistema busca levantar resultados estatísticos sobre problemas no ensino, submetendo o aluno a testes bimestrais de Língua Portuguesa e Matemática. Atualmente, a SEEDUC disponibilizou mais uma ferramenta de acesso de jovens e adultos ao Ensino Médio do estado, com a implantação em 2020 do aplicativo de apoio digital, com conteúdo disciplinares onde são ofertadas videoaulas, podcasts e material de apoio aos estudantes matriculados na rede estadual de ensino: o *Applique-se*⁸, que é uma plataforma digital de todo conteúdo do ensino remoto na rede estadual como material pedagógico, exercícios, videoaulas com professores e a plataforma *Google Classroom*, bastando que o aluno crie um login com seu primeiro nome e a matrícula, sua senha de acesso constando a data de nascimento (dia, mês e ano).

5 A EJA NO MUNICÍPIO DE APERIBÉ/RJ

Metodologicamente, esta seção é fruto de pesquisa bibliográfica realizada pelo autor a partir de dados coletados na Casa de Cultura de Aperibé durante visitas realizadas ao local no ano de 2022. A partir daí, são apresentadas informações básicas sobre o município de Aperibé e sua história.

Aperibé é uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro localizada na divisa entre os municípios de Itaocara e Santo Antônio de Pádua, cuja colonização inicia por volta do século XIX. À época, era apenas uma região de vargem e de propriedades rurais, que séculos atrás era conhecida como Santo Antônio do Retiro. Foi habitada pela comunidade indígena dos Purís, que viviam da agricultura, na área chamada “Pito Aceso”. Durante o início da ocupação, a população urbana sobrevivia com a produção de lavouras, tendo como meio de transporte, carros de boi e a tropa de burros. É em 1876 que se inicia a construção da linha férrea, sendo inaugurada em 1883, com o nome de *Chave do Faria*.

Em 1890, Aperibé foi elevada à distrito policial do povoado de Santo Antônio do Retiro e depois se tornou “Os Brados Índios Purís” e, em seguida, distrito “Aperibé”

⁷ SAERJ e SAERJINHO. Disponível em: <https://agendacinamomo.blogspot.com/2014/09/dia-9-de-setembro-dia-do-medico.html>.

⁸SEEDUC. Applique-se, 2020. Infomação disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/applique-se>.

(cujo nome vem do tupi-guarani e significa “calmo e tranquilo”). Foi emancipada em 1992, sendo desconectada do município de Santo Antônio de Pádua, pela Lei Estadual nº 1.985, de 10 de abril de 1992. Possui atualmente uma área de cerca de 89,53 Km² e vive da produção industrial, que é constituída por marmorarias, fundições de ferro, agricultura familiar e confecções de roupas.

No tocante à educação no município, conforme documentos consultados na Casa de Cultura Municipal, em 1896, foi fundada a 1ª escola mista do povoado. A primeira instituição foi construída onde hoje está localizado o atual Colégio Estadual Lourença Guimarães. O referido colégio ficou mais conhecido com o nome de *Grupo Escolar*, tendo o primeiro leigo professor (sem formação específica, mas com muitos conhecimentos) e o mais antigo, que foi o sr. Eugênio José Vieira (ele ensinava língua portuguesa, aritmética, geometria e conhecimentos gerais na sua própria casa). Na sequência, vieram professores com formação específica, a saber: Antônio Santó, Lourença Guimarães, Maria Lucy, Edith Blanc Panaro, Celina Derossi, Júlia Bairral, Elvira Cosendey, Etelvina Leite, Zuleica Júdice, Maria Lima, Maria Hássel da Costa, Eunice Hássel, dentre outros.

O modelo de educação era o tradicional, com o uso frequentes de castigos físicos, sendo mais comum o uso da palmatória. Percebemos se tratar do que Paulo Freire nos ensina ser a educação bancária, voltada para os/as estudantes decorassem conteúdos, ou seja, estudantes eram meros espectadores enquanto docentes eram o centro da transmissão de conhecimentos. Vale dizer que a escola até podia ser “aberta para todas as pessoas”, mas as oportunidades não eram, ou seja, filhos e filhas de trabalhadores rurais pouco a frequentavam, sobretudo porque o calendário escolar não respeitava o tempo de plantio e de colheita. Com o desenvolvimento da cidade, em especial a partir da necessidade de escoamento da produção cafeeiras e da criação de gado, por volta de 1875, por intermediação de grandes fazendeiros da região, o governo do império traça um projeto de construção de uma estrada de ferro que facilitasse o transporte até São Fidélis e de lá até Campos dos Goytacazes. A obra foi concluída em 1883. A chegada da estrada de ferro à região (originalmente ligando São Fidélis a Santo Antônio dos Brotos - atual Miracema), em especial ao arraial de Santo Antônio do Retiro (Aperibé), trouxe melhorias que culminaram na elevação então arraial à categoria de vila, fato ocorrido no dia 02 de julho de 1890. O dia 02 de julho é feriado municipal para comemorar este fato, que era uma marca de crescimento e desenvolvimento econômico.

Atualmente, Aperibé é um pólo industrial na região, com empresas como: Fundação Ferro Aperibé (mais antiga), confecções de roupas, marmorarias de pedras decorativas (3 empresas do ramo), Fundação Ferreira Lopes, Fundação Santa Luzia, CSS Casa do Alumínio, dentre outras. O comércio da cidade também tem se desenvolvido paulatinamente de modo a atender a população local e das cidades vizinhas.

6 A EJA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE APERIBÉ

Poucas informações foram encontradas sobre este tema. Mapeamos, por coleta de informações informais prestadas ao autor, entre 2020 e 2021, a partir de narrativas orais de professores e professoras da cidade, que a modalidade EJA na rede municipal de ensino iniciou-se no antigo Colégio Municipal Oliveiros Pereira da Silva, mas a data de início das atividades não nos soube informar. Desde 2012, a oferta está sendo administrada na Escola Municipal Casimiro Moreira da Fonseca, sendo oferecido o ensino noturno para estudantes com mais de 15 anos. Neste local, o foco são a alfabetização e a complementação do Ensino Fundamental I e II. Em 2021, o corpo docente constava de 5 professores e 31 alunos matriculados. Devido à pandemia de COVID, o ensino foi realizado de forma *on-line* (*whatsApp* e videoaulas) ou através de apostilas impressos, com assistência de professores e professoras. Finda a pandemia, as aulas presenciais retornaram gradativamente.

7 A EJA NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO APERIBÉ-RJ

Na mesma direção da seção anterior, poucas informações foram encontradas sobre este tema. Assim, foi realizada coleta de informações informais prestadas ao autor, entre 2020 e 2021, a partir de narrativas orais de professores e professoras da cidade, que a modalidade EJA/CEJA na Instituição Estadual CIEP 419 Benigno Bairral foi implantada através do CES (Centro de Estudos Supletivos) onde os alunos e alunas eram matriculados/as na modalidade semipresencial, ou seja, com a utilização de módulos de estudos com diferentes disciplinas desenvolvidas de acordo com cada matéria, sendo divididas em bimestres ou períodos. Os conteúdos eram fornecidos pela

SEEDUC/RJ, sendo função de cada docente avaliar estudantes a partir apenas da aplicação de provas e trabalhos das apostilas.

Professores nesta modalidade pertenciam à SEEDUC/RJ, a Direção, os Recursos Humanos e a Administração Pedagógica, toda responsabilidade era da CECIERJ. No CIEP, o Ensino Fundamental II é voltado para os alunos com idade até quinze anos, já o Ensino Médio destinava-se aos alunos até dezoito anos. Alguns anos depois, vieram os CEJAS (Centro de Educação de Jovens e Adultos) sendo criado um pólo (a instituição fornecia o espaço físico), com sede responsável na administração geral, situada na cidade de Santo Antônio de Pádua-RJ. Todas as escolas da Rede CEJA vinculadas à SEEDUC/RJ e administradas pela CECIERJ foram informatizadas com as matrículas on-line, realização de provas e marcação de presenças. Pela pouca procura e baixa quantidade de matrículas, o pólo de Aperibé encerrou suas funções (a respeito da data de encerramento não obtivemos informação precisa).

O Colégio Estadual Lourença Guimarães iniciou a modalidade EJA (Supletivo) no ano de 1987. A escola oferecia o Ensino Fundamental II (anos iniciais e finais), o Ensino Médio Regular, o Ensino Médio Profissionalizante (EMFIC/PROEMI⁹), Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJAS: I, II, III e IV). A modalidade EJA vige de 1987 até hoje. Em 2021, devido à pandemia, a maioria dos/as alunos/as desta modalidade optaram pela continuidade do ensino remoto recolhendo as apostilas referentes aos bimestres e retirando possíveis dúvidas através do aplicativo disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação e pelas redes sociais. A modalidade atende às/aos alunos/as, em sua maioria trabalhadores/as, que se encontram na flexibilidade de horário noturno, buscando uma oportunidade de concluir o Ensino Médio. Já foram atendidos mais de 400 alunos/as desde a implantação da modalidade EJA nesta escola.

Todos os trabalhos pedagógicos desenvolvidos no Colégio Estadual Lourença Guimarães são baseados em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que foi implementado juntamente com a Secretaria Estadual de Educação e foi fonte consultada para a pesquisa do autor. Neste sentido, segundo consta no referido PPP, o objetivo geral é “consolidar uma escola de qualidade, capacitando e preparando os jovens e adultos para o mercado de trabalho, estimulando o desenvolvimento de suas habilidades, construindo no espaço escolar as condições propícias para a conquista de

⁹A EPTNM que foi instituída em 25 de setembro de 2008 definido pela Lei nº 11.788, com as normativas da DCN/EPTNM/CNE na Resolução de nº 06/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/cursos-da-educacao-profissional-tecnica-de-nivel-medio>.

sua autonomia e inserção nos diferentes e diversos espaços da vida social” (exercício da cidadania, trabalho, participação comunitária, atuação no cenário público etc.). A principal meta do PPP e da NEJA no CELG é a criar diferentes situações para manter o/a aluno/a na escola e, para isso, buscará empregar metodologias que favoreçam a estudantes que estudam e trabalham a receberem uma educação de qualidade, com projetos que os incluam em oficinas e outras atividades pedagógicas.

Em 2020, iniciou-se no CELG a metodologia voltada para o Ensino Médio Regular Integral, projeto educacional definido pela BNCC/Ensino Médio. Neste projeto, fica ampliada a carga horária com disciplinas que garantem uma formação humana e social. Segundo Maia et. al (2019, p. 01-19), esta proposta de Novo Ensino Médio constitui uma fase da educação básica com grandes desafios nas gestões educacionais, a envolver:

Definição dos itinerários formativos a partir da capacidade instalada, demanda dos estudantes e arranjos produtivos locais. Adequação da carga horária dos docentes e de sua formação em função do remanejamento necessário para implementação dos itinerários. Desafio dos municípios com baixo número de escolas e turmas para implementação dos itinerários formativos. Adequação e revitalização da infraestrutura física para implantação de laboratórios direcionados a cada itinerário. Garantia de equidade de oportunidades e mobilidade entre as escolas do ensino médio. Complexidade de articular parcerias para oferta do ensino técnico e outros itinerários formativos. Recursos e infraestrutura adequada para efetivação das escolas de ensino médio em tempo integral. (Maia *et al*, 2019, p. 01-19)

Conceitos pedagógicos, práticas e conteúdos devem ser adaptados às realidades e contextos sociais, evitando desarranjos na garantia do direito à educação a grupos e pessoas específicas por contingências que lhes desfavoreçam de estudar. Entendemos que a EJA é um mecanismo importante para correção de injustiças sociais, oportunizando a quem não teve a oportunidade de estudarem na “idade regular”, favorecendo acesso a conhecimentos científicos e à qualificação pessoal e profissional.

CONCLUSÃO

O principal objetivo desta pesquisa foi apresentar informações básicas sobre a EJA no município de Aperibé-RJ em articulação com reflexões sobre a mesma no estado do Rio de Janeiro e no contexto nacional. A pesquisa apresentada neste texto foi realizada entre 2020 e 2021 e, durante seu desenvolvimento, muitas mudanças

aconteceram nas escolas que administram a EJA em Aperibé, bem como veio a pandemia que muito dificultou o acesso aos dados. Entendemos que seguem sendo indispensáveis novos estudos sobre o tema, investimentos em formação e aperfeiçoamento de profissionais do magistério para atuarem na EJA etc. De todo o modo, fica esta contribuição escrita como esforço inicial e estímulo para que outros estudos e reflexões se aprofundem sobre a EJA em cidades de interior, como Aperibé.

REFERÊNCIAS

CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “Segunda Chance”. **Revista de Educação de Jovens e Adultos/REVEJ@**, 2007. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/educacao_de_jovens_e_adultos_e_juventude_-_carrano.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

CISLAGHI, Juliana Fiuza et.al. Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Brasília-DF, 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/764>. Acesso em: 10 out. 2023.

ESPÍNOLA, André Felipe de Albuquerque; CAVALCANTE, Prof.^a. Ms. Rita de Cássia. **Políticas Públicas da Educação do período Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014)**. Artigo apresentado na VI Semana de Humanidades – UEPB/Campus III, Guarabira-PB, de 28 a 31 de outubro de 2014. Disponível em: file:///C:/Users/USER/AppData/Local/Temp/Políticas_Publicas_de_Educacao_no_Govern.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido, ano 1989**. Disponível em: <https://lelivros.love/book/download-pedagogia-do-oprimido-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. Autores Associados, São Paulo-SP, Ed. Cortez, 1989. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13264435-A-importancia-do-ato-de-ler-paulo-freire.html>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutiva**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 31, n° 2, p. 389-404, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 11 nov. 2023.

HOTTZ, Ângelo Damasceno. Um novo modelo de EJA para o ensino médio no Rio de Janeiro. **Estud. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 554-582, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/eae.v29i71.4707>. Acesso em: 15 nov. 2023.

JACOMELI, Mara Regina Martins. As Políticas Educacionais da Nova República: do governo Collor ao de Lula. **Revista EXITUS**, Volume 01, Número 01, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/211>. Acesso em: 11 set. 2023.

LADEIRA, Francisco Fernandes; MENDES, Nucia Aparecida dos Santos. A Educação Integral no contexto das Políticas Educacionais e as propostas pelo governo Michel Temer. **Saberes Interdisciplinares**, nº 26, p. 26-36, julho-dezembro 2020. Disponível em: <http://186.194.210.79:8090/revistas/index.php/SaberesInterdisciplinares/article/view/389/32>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MACHADO, Sandra. O longo caminho da escolarização no Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica MultiRio**, 14 de março de 2016. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/9016-o-longo-caminho-da-escolariza-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MAIA, José Eduardo Nobre *et al.* O que a BNCC propõe para o ensino médio? Reflexões sobre Educação Integral e em tempo integral. **CONEDU, IV Congresso Nacional da Educação**, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA2_ID7044_23072019143102.pdf.

MOTA, Asenath dos Santos Santana da. Os Desafios e Possibilidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma reflexão sobre a formação do Educador. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 04, Ed. 12, v. 04, PP. 154-170, dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com/educacao/desafios-e-possibilidades>. Acesso em: 5 set. 2023.

RAMOS, Ellen Taline de; STELA, Claudia. Significados da escolarização para alunos da educação de jovens e adultos. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 18 (2), 189-207, São Paulo, SP, maio-ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v18n2p189-207>. Acesso em: 5 set. 2023.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da Educação Escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia, FFCLRP – USP, RIB**. Preto, 4, Fev/Jul, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X1993000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 2 set. 2023.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar**, Curitiba, nº 29, p. 29-45, 2007, Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/SgSTznjML3Hzt9cTgqSBbKK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias da Ideias Pedagógicas no Brasil**. Editora Autores Associados Ltda, 4ª edição, Campinas – SP, 2013.

SANTIAGO, Rosemary Aparecida. A História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e sua Constituição como Política Pública. **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 9, n. 2, jun. 2018. Disponível em: https://revista.ueg.br/index.php/revista_geth/view/7762. Acesso em: 5 set. 2023.

SÉRGIO, Maria Cândida. A Organização do Tempo Curricular na prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 3, n. 2, junho de 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>. Acesso em: 5 out. 2023.

SILVA, Simone C. Rodrigues da; NUNES, Maria Alice Melo. Um olhar sobre o método Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Com Censo**, 2ª Edição Especial, nº 5, maio de 2016. Disponível em: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/73>. Acesso em: 5 set. 2023.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve História sobre a Educação de Jovens e Adultos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/AppData/Local/Temp/BREVE HISTRIA SOBRE A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2023.

STRECK, Danilo R. Entre emancipação e regulação: (de) encontros entre educação popular e movimentos sociais*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/d3jHPSL6PK8BFt3V4QVgRRJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 de ago. 2023.

VENTURA, Jaqueline. A oferta de Educação de Jovens e Adultos de nível médio no Estado do Rio de Janeiro: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 4, nº 8, 2016. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-OFERTA-DE-EDUCAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-DE-NÍDVEL-Ventura/b891432aeb7f61af35c4668a96b6cb4a1d016397>. Acesso em: 15 de ago. 2023.

ZAMPIERI, Eliana Lima; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. Os sujeitos que a EJA forma e suas contribuições de leitura de mundo na aprendizagem. **EDUCERE**, ISSN 2176-1396, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26170_13969.pdf. Acesso em: 15 de ago. 2023.

ZOTTI, Solange. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: Dos Jesuítas aos Anos 80. **Revista de Estudos de Educação**, Ano 04, nº 02, nov. de 2002. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1384/1367>. Acesso em: 15 de ago. 2023.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.